

Ata da 3ª Reunião Extraordinária do CMPC Joinville

12 de setembro de 2011- Sala 8 - Centro de Convenções Alfredo Salfer

Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e onze, às quatorze horas, na sala 8 do Centro de Convenções Alfredo Salfer, no Centreventos Cau Hansen, em Joinville - SC, realizou-se a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Joinville - CMPC-Jlle, conforme convocação da diretoria do CMPC-Jlle, através da presidente Ilanil Coelho e vice-presidente Ascânio Pruner, para tratar da seguinte ordem do dia: 1- Solicitação advinda das pré-conferências 2011 de disponibilização pelo conselho do documento Plano Municipal de Cultura com as propostas de âmbito geral como apreciação pública.

Estiveram presentes os membros constantes na lista de assinaturas. Dando início à reunião, a presidente do CMPC-Jlle, Ilanil Coelho deu as boas vindas e explicou sobre a necessidade de convocação desta extraordinária que já era de conhecimento de todos através de e-mail encaminhado pela Secretaria Executiva a pedidos do GT Plano Ampliado. Ilanil reforçou posição tomada por este conselho na última reunião ordinária de que o Plano Municipal de Cultura deveria ser finalizado pelos Conselheiros reunidos em GT e que desconhecia, como presidente do CMPC-Jlle estas solicitações advindas das pré-conferências. Comentou que este tipo de necessidade deve ser comunicada à diretoria do CMPC-Jlle antes de indagar conselheiros publicamente. Questionou se essas solicitações foram enviadas para a Fundação Cultural. Lausivan apresentou uma série de solicitações e ou recomendações feitas pelos participantes das pré-conferências setoriais 2011 para alterações ou inclusões no Plano Municipal de Cultura de Joinville, entre outras questões. Ilanil atentou para o fato de que o email enviado apresentou apenas um tipo de solicitação e que, por se tratar de uma reunião extraordinária, este seria o único ponto de pauta (solicitações anexas). As outras solicitações e recomendações devem ser analisadas na próxima reunião ordinária deste conselho. Silvo Arlindo Borges explica que o GT Plano Ampliado solicitou à Secretaria Executiva do CMPC-Jlle que enviasse a solicitação para os conselheiros, entendendo que seria possível neste caso uma votação on line. Explicou ainda que o GT Plano Ampliado entendeu que a solicitação ia contra deliberação da última reunião realizada em oito de agosto de 2011, que também estabeleceu como período máximo para envio aos conselheiros do documento PMC-Jlle finalizado em 19 de setembro e que não teríamos tempo hábil para realizar a apreciação pública. Ilanil reforçou que estamos em um processo novo e precisamos sempre consultar nossos documentos oficiais. Consultou o regimento do CMPC-Jlle para esclarecimentos da questão e relembrou a todos os conselheiros que não está prevista consulta on line para os conselheiros. A última decisão deste conselho foi de que a responsabilidade pela finalização do PMC-Jlle caberia ao conselho e que, para mudança nesta decisão, é necessário a organização e a convocação de uma reunião extraordinária. Charles Narloch pediu a palavra e reforçou observação de Ilanil quanto ao cuidado que temos que ter considerando sempre o que está em nosso regimento. Comentou ainda que realmente estamos em exercício do que recentemente foi implantado como marco legal em nossa cidade, que é o próprio conselho e a conferência e suas partes. Questionou que a dificuldade de entendimento, tanto do governo quanto da sociedade civil, é compreender

quais dessas instâncias participativas decidem sobre determinadas questões, qual é a instância de decisão maior (o conselho ou a plenária da conferência). Respondeu a questão retornando ao regimento que expõe poderes tanto ao conselho quanto à plenária da conferência. A Lei 6705, traz a responsabilidade da redação final do Plano Municipal de Cultura para os conselheiros, mas não encerra as possibilidades de consultas, se o conselho entender necessário ou houver solicitação por parte da sociedade. A conferência que é formada de pré-conferências tem como direito a construção de documentos para solicitações formais ao CMPC-Jlle. Admitiu que, talvez por um erro no mecanismo de encaminhamento do documento através de moção e não de recomendação. Acredita que se estamos em um estado de conferência, temos que estar atentos aos pedidos que advenham destas instâncias e estes pedidos são legítimos. Admitiu também que o erro ocorrido, pela urgência, foi atender ao pedido do GT Plano Ampliado formado por diversos conselheiros de encaminhamento do email e não realizar consulta à diretoria do CMPC-Jlle. Ilanil lembrou evento ocorrido na reunião anterior, quando a Fundação Cultural e seus dirigentes foram acusados de manipuladores do CMPC-Jlle, o que causou extremo desconforto entre os conselheiros, pois a acusação desconsiderou a capacidade intelectual de tomada de decisão de cada um. Houve uma decisão tomada em processo democrático e que, pela soberania e o respeito às decisões tomadas em forma de consenso, é que se sente na responsabilidade como presidente de alertar aos conselheiros. Silvestre pediu palavra e reforçou atenção de Ilanil e pediu desculpas em nome da gestão pelo erro de secretaria. Ilanil agradeceu mas disse que não é necessário o pedido de desculpas pela pressão a que todos estamos com o processo de conferência e de finalização do documento. Silvio Arlindo Borges reforçou que a mensagem que foi encaminhada aos conselheiros pela secretaria veio na esteira de uma falha anterior na condução das pré-conferências. Quando houve a proposta na primeira conferência setorial de apresentar esta proposta aos conselheiros, já se sabia que havia uma reunião agendada para referendar o Plano pelo conselho e que não haveria mais prazo legal para apresentar esta solicitação, se não fosse publicizado aos conselheiros. Silvestre discordou de Borges reforçando que a diretoria do CMPC-Jlle deveria ter sido consultada para então encaminhar a convocação da extraordinária. Ilanil solicitou aos conselheiros que iniciasse a discussão em torno da solicitação, uma vez esclarecidos os fatos anteriores. Borges informou que os membros do GT Plano Ampliado estão totalmente dedicados à realização das pré-conferências pelos documentos gerados com as propostas setoriais e ainda, trabalhando na finalização do documento com as propostas gerais que deve ser encaminhado ao conselho para análise final. Fernando Sossai pediu a palavra para reforçar que está acompanhando o GT Plano e percebe a dificuldade de se finalizar um documento tão complexo e que no momento, o documento não está estruturado para publicização e, pela solicitação da pré-conferência, toda a agenda do conselho e da conferência sofrem alteração. Ilanil chamou a atenção de que temos um problema um pouco mais complexo que é a realização da conferência sem um plano consolidado. Questionou sobre o calendário do CMPC-Jlle lembrando que a próxima ordinária será em três de outubro e a conferência em 14 de outubro. Pede propostas para os trabalhos. Silvestre pediu palavra e esclareceu que o Conselho se opôs

a não consumir a conferência numa revisão do Plano Municipal de Cultura e sim, avançar para o planejamento. Silvestre comentou sobre os processos recentes de consulta pública disponibilizados pelo Ministério da Cultura como a Lei do Direito Autoral e que podemos disponibilizar considerando o prazo. Charles comentou sobre sua participação no GT Direito Autoral no Conselho Nacional de Política Cultural e reforçou preocupação de Borges e Fernando com os prazos para finalização. Pediu atenção para a forma de possibilidade de contribuições e que moções e recomendações precisam ser referendadas por uma plenária e que, se existe a possibilidade de disponibilizar o documento on line, deve-se pensar na forma. Existem aspectos jurídicos que devem ser respeitados e que a consulta on line pode gerar sugestões que não necessariamente será uma alteração para não invalidar um processo em andamento, principalmente quando se trata da construção de um documento, um marco legal. Ilanil pediu atenção para que se possa manter a pauta da conferência, considerando que o plano não necessariamente é a lei e estando pronto e referendado, pode ser disponibilizado para o planejamento na 3ª conferência. Reforçou que documento plano deve estar aberto às inúmeras avaliações que serão feitas pelas instâncias participativas como os fóruns, as pré-conferência e as conferência, é vivo, pulsante e deve estar em constante diálogo e a responsabilidade de todos é rever a cada dois anos o que foi pensado, realizado, demandado, através de um plano elaborado a várias mãos. Apresentou proposta de calendário seguindo a seguinte programação: no dia 03 de outubro, na reunião ordinária, o conselho finaliza o documento gerado pelo GT Plano Ampliado considerando avaliação prévia, com envio do documento via email no dia 19 de setembro com prazo de envio de sugestões dos conselheiros até 26 de setembro; no período de 04 a 06 de outubro, disponibiliza-se o documento para apreciação pública com regras organizadas pelo GT Plano e a Secretaria Executiva; no dia 10 de outubro, em reunião extraordinária, faz-se avaliação e finalização do documento das propostas gerais considerando as sugestões da apreciação pública. Gabriel Chati pediu palavra e comentou que poderíamos ter sido mais eficientes e que o documento já deveria estar pronto, mas a dificuldade pela complexidade e responsabilidade com um documento que guiará a gestão ocasionaram os atrasos. Abrir o documento a sugestões é um processo interessante, mas válido porque há uma dificuldade no entendimento do que é este documento que tem um prazo de 10 anos. Reforçou que acredita que não é necessário pensar que o Plano tem de ser aprovado agora e seguir com um calendário mais justo para a finalização do documento. Silvestre falou sobre as questões que envolvem a câmara de vereadores em um ano eleitoral e por isso estamos com um curto prazo para sua finalização. Borges e Fernando reforçaram e relataram preocupação do GT Plano com a metodologia adotada, que está sendo organizado texto que compõe o documento e apresenta esta metodologia complexa. Ilanil atentou para que, no processo de aprovação da estrutura final do documento Plano, automaticamente a metodologia também estará sendo referendada. Pediu aprovação da proposta de calendário e atividades do CMPC para os dias que antecedem a 3ª CMC, que foi aceito com unanimidade. Sem mais nada a tratar, Ilanil Coelho agradeceu a todos pelo debate esclarecedor e reforçou o calendário com a nova data de reunião ordinária deste conselho em 03 de outubro e, junto a Ascânio Pruner deram por encerrada a reunião, que foi

secretariada por Lausivan Correa, que assina o presente documento juntamente com os conselheiros presentes.

APPROVADA

ANEXOS

PRÉ-CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ARTES VISUAIS

1) Solicitação ao CMPC – Disponibilização PMC

Os participantes da Pré-conferência Municipal de Artes Visuais, reunidos a 27/08/2011 no Centro de Convenções Alfredo Salfer, recomendam ao Conselho Municipal de Políticas Culturais que submeta a consulta pública na página da Conferência Municipal de Cultura, por pelo menos 3 dias e aberto à apresentação de sugestões por parte da sociedade, a minuta do Plano Municipal de Cultura, antes de referendar sua redação final.

Joinville, 27 de agosto de 2011.

PRÉ-CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE MÚSICA

1) Solicitação ao CMPC – Disponibilização PMC

Os participantes da Pré-conferência Municipal de Música, reunidos a 28/08/2011 no Centro de Convenções Alfredo Salfer, recomendam ao Conselho Municipal de Políticas Culturais que submeta a consulta pública na página da Conferência Municipal de Cultura, por pelo menos 3 dias e aberto à apresentação de sugestões por parte da sociedade, a minuta do Plano Municipal de Cultura, antes de referendar sua redação final.

Joinville, 28 de agosto de 2011.